

PROJETO “DIGITALIZAÇÃO DE FONTES LOCAIS SOBRE A GUERRA PENINSULAR (1807-1814)”, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

FINANCIAMENTO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2011-2012)

Consulte os resultados do projeto neste *link*: <http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=173037>

Irina Alexandra Lopes
(coordenadora do projeto, técnica superior da CMM)

1. O TEMA: GUERRA PENINSULAR (1807-1814). TRAÇOS GERAIS DO CONTEXTO HISTÓRICO

A Guerra Peninsular, decorrida entre 1807 e 1814, (também conhecida em Portugal como as Invasões Francesas e em Espanha como a Guerra da Independência Espanhola, apesar de, em rigor, integrar ambas) é um período crucial na História de Portugal e um dos temas mais importantes da Historiografia Militar Portuguesa.

Os seus impactos foram gerais e numerosos, não só em Portugal como na Europa. Nada nem ninguém ficou alheio às marcas e transformações que provocaram, desde as estruturas políticas, institucionais e militares, até à economia, demografia, sociedade, cultura e mentalidades.

A ruptura com o Antigo Regime concretizou-se irreversivelmente e o caminho do Liberalismo foi traçado, cuja maturação desembocou ao cabo de um século na implantação da República.

Das três vezes que o Exército Napoleónico invadiu Portugal, foi a Terceira Invasão Francesa que deixou a marca mais profunda na paisagem nacional, em primeiro lugar devido à construção das Linhas de Torres Vedras (1809-1812) para a defesa da capital e, em segundo, pelo emprego da política de “terra queimada” e consequente migração das populações que habitavam, *grosso modo*, o território desde a região do Mondego até ao sistema de fortificações, para a cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, protegidas pelas Linhas de Defesa.

Também é na Terceira Invasão Francesa ou Invasão de Massena que melhor se pode analisar os comportamentos e atitudes, de natureza díspar, assumidas pelo povo português durante os dois momentos atrás referidos, considerando, por um lado, a presença do exército inimigo e, por outro, as ordens do Exército Aliado/Combinado.

Após mais de 150 anos de paz, sem guerras em território nacional, as Invasões Francesas não transformaram apenas a geografia de Portugal, mas os rostos e os quotidanos dos portugueses que cá viviam e trabalhavam. Causaram a ruína da economia, baseada na actividade agrícola, a destruição das redes viárias e a depredação dos bens móveis e imóveis das populações das terras invadidas, decepando milhares de vidas e famílias, aniquilando fontes de sustento e extinguindo modos de viver. O País, berço de órfãos, foi deixado, de Norte a Sul, num estado de calamidade geral, o flagelo da fome, da doença e dos focos de contágio grassava diariamente. A privação, o desamparo, a tristeza e o desespero eram constantes e inevitáveis.

Reconhecendo-se inquestionavelmente a relevância da aliança firmada entre as monarquias britânica e portuguesa, particularmente, o papel decisivo do Exército Inglês na derrota e expulsão das Tropas Francesas do território nacional, destacando-se, em particular, a importância primacial de um dos maiores e mais notáveis sistemas defensivos da Europa (com 85 km e 152 redutos) – as Linhas de Torres Vedras – não se pode olvidar as consequências paisagísticas, socio-humanas e económicas que advieram da sua edificação, as quais modelaram parte do território português, mas também a vida quotidiana das populações residentes, deixando a sua impressão não apenas na memória colectiva, como na personalidade individual de cada homem e mulher.

2. APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

O projeto “Digitalização de fontes locais sobre a Guerra Peninsular (1807-1814)” enquadra-se no conjunto de programas comemorativos do Bicentenário da Guerra Peninsular (1807-1814 / 2007-2014) e, em particular, da celebração dos 200 anos de construção das Linhas de Torres Vedras (1810-2010, concretamente 1809-1812 / 2009-2012). Teve a sua génese numa proposta apresentada no Plano de Actividades do Arquivo Municipal de Mafra respeitante ao ano de 2009, a qual consistia num “Roteiro

de fontes dos Arquivos Municipais da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres sobre a Guerra Peninsular”.

Beneficiando dos apoios financeiros concedidos anualmente pela Fundação Calouste Gulbenkian, o projeto foi candidatado pela Câmara Municipal de Mafra, em março de 2009 e 2010, no âmbito do concurso “Recuperação, tratamento e organização de acervos documentais”, com financiamento da referida instituição, tendo obtido aprovação na segunda candidatura (março de 2010).

Tutelado pela Câmara Municipal de Mafra (entidade beneficiária e responsável pelo projeto), tem como entidades parceiras quatro Câmaras Municipais – Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira – que constituem, juntamente com Mafra e Loures, desde 2006 até ao presente ano (2012) a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres responsável pelo projeto turístico-cultural “Rota Histórica das Linhas de Torres” (www.rhlt.com.pt – financiado pelo Fundo de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu), ao abrigo do qual foi recuperada uma parte do sistema de fortificações militares de campo, construído, mormente, entre 1809 e 1810, para a defesa da cidade de Lisboa, face às Invasões Francesas durante a Guerra Peninsular (1807-1814). O referido projeto teve como componentes: 1. Salvaguarda, recuperação e valorização das obras militares; 2. Recuperação/criação de acessos para os visitantes; 3. Sinalética turístico-cultural uniformizada; 4. Criação de uma rede de Centro de Interpretação; 5. Publicações históricas e turísticas. Os resultados encontram-se disponíveis ao público nos respectivos Centros de Interpretação das Linhas de Torres.

Parceiro fundamental deste projeto é a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (edifício-sede do Arquivo Nacional Torre do Tombo), à data do seu início, Direcção Geral de Arquivos, tendo a cooperação institucional sido estabelecida por meio de Protocolo assinado entre o referido organismo e a Câmara Municipal de Mafra.

Efectivado entre abril de 2011 e dezembro de 2012, o projeto foi organizado, na sua íntegra, em quatro fases, respectivamente: 1. Levantamento documental; 2. Registo e descrição em base de dados; 3. Digitalização e controlo de qualidade; 4.

Disponibilização *online*. No capítulo 4 “Procedimentos, metodologia e direitos patrimoniais” cada fase encontra-se devidamente explanada.

Iniciativa inédita a nível nacional no âmbito dos trabalhos de pesquisa bibliográfica/documental sobre a Guerra Peninsular em geral, e as Linhas de Torres Vedras em particular, o objetivo principal do projeto é tornar acessível ao público (via Internet – catálogo do Arquivo Municipal de Mafra - <http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=173037>) um repositório de informação único e imprescindível sobre a temática, demonstrando a relevância capital das fontes arquivísticas (fontes primárias, sobretudo manuscritas), de âmbito local e regional, na construção, evolução e aperfeiçoamento da História Local; concretamente, as existentes nos Arquivos Municipais dos concelhos onde foram edificadas a 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa, bem como no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Constituindo este o propósito axial do projeto pretende-se contribuir para outros objetivos, nomeadamente: 1. Potenciar a emergência de novas abordagens sobre o tema Guerra Peninsular e Linhas de Torres Vedras, alicerçadas em fontes primárias (particularmente arquivísticas); 2. Contribuir para a produção de conteúdos temáticos a disponibilizar nos Centros de Interpretação das Linhas de Torres e na página electrónica da “Rota Histórica das Linhas de Torres”, a partir de estudos baseados nas fontes disponibilizadas; 3. Enriquecer com um projeto original as comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular (1807-1814 / 2007-2014) e, em particular, a celebração dos 200 anos de construção das Linhas de Torres Vedras (1810-2010, concretamente 1809-1812 / 2009-2012); 4. Divulgar o património, de interesse nacional e internacional, concernente à Guerra Peninsular (especificamente Invasões Francesas e Linhas de Torres Vedras), através da adesão do Arquivo Municipal de Mafra à Rede Portuguesa de Arquivos e, por inerência, à Europeana.

Neste sentido, a urgência na elaboração de estudos que tenham as fontes arquivísticas como núcleo duro do trabalho de investigação, não se prende exclusivamente com a necessidade de abordar outros temas que não os estritamente militares e políticos, alargando o leque aos aspectos sociais, económicos, demográficos e culturais; mas, também, pelo facto dessas mesmas fontes transmitirem, desde que autênticas, a visão oficial (objectiva e precisa, ou seja, “intacta”) dos acontecimentos,

sem necessidade de expurgar a parcialidade e falta de isenção do memorialista ou ter em conta a interpretação do historiador feita com base em leituras de outros especialistas seus pares ou não.

Certamente que um trabalho de pesquisa documental baseado em fontes primárias (particularmente em documentos de arquivo) é moroso e, quase sempre, difícil, mas conduz, na maioria das vezes, a importantes descobertas, ajudando a combater a escassez de informação de carácter local (por vezes inexistente, mas, em muitos casos, ignorada ou pouco explorada) na bibliografia disponível, sendo isso fundamental para o complemento, melhoria e correcção do entendimento, organização e escrita da própria História Nacional.

3. EQUIPA RESIDENTE, EQUIPA RESPONSÁVEL E ENTIDADES PARCEIRAS

3.1. Equipa residente

- Irina Alexandra Lopes, coordenadora do projeto (Câmara Municipal de Mafra, técnica superior, área de História, responsável pelo Centro de Estudos de História Local)
- Maria de Lurdes Rodrigues (Câmara Municipal de Mafra, técnica superior, área de Arquivo, responsável pelo Arquivo Municipal de Mafra)
- Ana Pagará (Câmara Municipal de Mafra, técnica superior, área de História de Arte)
-

A equipa residente foi responsável pela execução técnica do projeto nas suas quatro fases de realização.

3.2. Equipa responsável

- Irina Alexandra Lopes, coordenadora do projeto (Câmara Municipal de Mafra, técnica superior, área de História, responsável pelo Centro de Estudos de História Local)

- Maria de Lurdes Rodrigues (Câmara Municipal de Mafra, técnica superior, área de Arquivo, responsável pelo Arquivo Municipal de Mafra)
- Carlos Guardado da Silva (Câmara Municipal de Torres Vedras, técnico superior, área de Arquivo, responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras)
- Manuela Côrte-Real (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, técnica superior, área de Arquivo, responsável pelo Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira) e Lénia Oliveira (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, assistente técnica, funcionária do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira)
- Paula Ferreira (Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, técnica superior, área de Arquivo, responsável pelo Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos)
- Sandra Oliveira (Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, técnica superior, área de Antropologia, responsável pelo Centro de Interpretação das Linhas de Torres)

A equipa responsável prestou, sempre que necessário, o devido acompanhamento à equipa residente para a prossecução do projeto.

3.3. Entidades parceiras

- Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos / Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos
- Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço / Arquivo Municipal de Sobral de Monte Agraço
- Câmara Municipal de Torres Vedras / Arquivo Municipal de Torres Vedras
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira
- Direcção Geral de Arquivos, actualmente, Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas / Arquivo Nacional Torre do Tombo (nas pessoas do, então, Director Silvestre Lacerda; Chefes de Divisão Anabela Ribeiro e Paulo

Tremoceiro; coordenadora Odete Martins; Rui Pires; Paula Sereno; Elisa Fernandes; José Magalhães).

O Protocolo assinado entre a, então, Direcção Geral de Arquivos e a Câmara Municipal de Mafra, bem como a inestimável colaboração prestada pelos quadros superiores e técnicos do Arquivo Nacional Torre do Tombo à equipa residente do projeto foi fulcral para a concretização do mesmo e sua adequada divulgação.

4. PROCEDIMENTOS, METODOLOGIA E DIREITOS PATRIMONIAIS

4.1. Procedimentos e metodologia

Como supra mencionado o projeto “Digitalização de fontes locais sobre a Guerra Peninsular (1807-1814)” foi desenvolvido em quatro fases distintas, sendo que a primeira delas, a fase preparatória, que decorreu até Março de 2011, não integrou a candidatura, consistindo no levantamento documental (prospecção e identificação) das fontes locais sobre a Guerra Peninsular, em particular, referentes às Linhas de Torres Vedras, existentes nos cinco Arquivos Municipais e em 15 fundos do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

A primeira fase, com princípio em abril de 2011 e termo em junho de 2012, compreendeu o registo e descrição das fontes referenciadas no levantamento documental, segundo as normas de descrição arquivística ISAD(G) e ISAAR e o documento técnico ODA-v-3, suportada pela aplicação informática DigitArq, versão 4.0.3.0.

A segunda fase, iniciada em julho e concluída em dezembro de 2012, centrou-se na digitalização (realizada no edifício-sede do Arquivo Nacional Torre do Tombo) e controlo de qualidade das imagens, cumprindo os requisitos técnicos estabelecidos pela, então, Direcção Geral de Arquivos, actualmente, Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Foram realizados, ao todo, três controlos de qualidade às imagens dos documentos digitalizados. O primeiro pela empresa prestadora dos serviços de digitalização – Beltrão Coelho (Além-Tejo), Lda. – o segundo pela, então, Direcção

Geral de Arquivos, verificando, por amostragem, 10% das imagens de cada fundo arquivístico, e o último pela Câmara Municipal de Mafra compreendendo 100% dos objectos digitais. Atendendo à verba disponível para a digitalização no montante global do financiamento e tendo como objectivo digitalizar toda a documentação registada e descrita na base de dados, optando-se, sempre que possível, pela digitalização “na íntegra” dos livros e processos, as páginas em branco não foram, em regra, digitalizadas.

A terceira e última fase, concretizada a 27 de Dezembro de 2012, consistiu na disponibilização *online* da “Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras” constituída por 42.000 imagens, correspondentes a 928 registos introduzidos na base de dados DigitArq, através do catálogo do Arquivo Municipal de Mafra (<http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=173037>), bem como, por *link*, na página electrónica da actual Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (<http://dgarq.gov.pt/>), no sítio oficial internet da “Rota Histórica das Linhas de Torres” (www.rhlt.com.pt), e nas páginas electrónicas dos Centros de Interpretação das Linhas de Torres e/ou dos Arquivos ou Câmaras Municipais Parceiras.

Considerando o objectivo principal do projeto, bem como a necessidade de reunir parte da documentação de seis Arquivos (cinco Municipais e um Nacional) com fundos arquivísticos de proveniência diversa e planos de classificação distintos, optou-se por criar uma COLECÇÃO – intitulada “Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras” (CFLLFV) – enquanto conjunto de documentos reunidos artificialmente tendo como característica comum o facto de incidirem sobre o tema “Guerra Peninsular” (ISAD(G), 2004: 15).

Atendendo a uma limitação da base de dados DigitArq, a qual não permite a criação de um FUNDO ou SUBFUNDO debaixo de uma COLECÇÃO, foram ponderadas três opções para a organização da documentação (baseadas na norma ISAD(G)). A primeira contemplava dois níveis de descrição – COLECÇÃO e DOCUMENTO COMPOSTO OU DOCUMENTO; a segunda englobava três níveis descriptivos – COLECÇÃO, SECÇÃO (correspondente ao FUNDO) e o DOCUMENTO COMPOSTO OU DOCUMENTO; a terceira, a adoptada, integra quatro níveis de descrição - COLECÇÃO, SECÇÃO, SUBSECÇÃO e DOCUMENTO COMPOSTO

OU DOCUMENTO – sendo a única que mantém a unidade e coerência da COLECCÃO, preservando a identidade do Arquivo e a dos fundos a que pertence a documentação registada, descrita e digitalizada.

Desta forma, foi atribuído a cada Arquivo o nível de descrição SECÇÃO (correspondendo à entidade detentora da documentação) e o nível SUBSECÇÃO às instituições produtoras de documentação com legislação e hierarquia ou organização própria (isto é, FUNDO). Por fim, o nível de descrição DOCUMENTO COMPOSTO ou DOCUMENTO define a tipologia documental, ou seja, se é, respectivamente, um processo/livro ou um documento solto (correspondência, legislação ou mapa).

Nesse sentido, o CÓDIGO DE REFERÊNCIA traduz esta lógica, incluindo, ainda, as siglas do país (PT), da entidade beneficiária e responsável pelo projeto (AMM) e da respectiva Colecção (CFLLT), correspondendo esta ao nível de descrição.

Assim sendo, apresenta-se abaixo o Plano de Classificação da CFLLT com os respectivos códigos de referência:

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E CÓDIGOS DE REFERÊNCIA

Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras (CL) - PT/AMM/CFLLT

Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos (SC) - PT/AMM/CFLLT/AMAV

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMAV-CMAV

Arquivo Municipal de Mafra (SC) - PT/AMM/CFLLT/AMM

Câmara Municipal da Carvoeira (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMM-CMCAR

Câmara Municipal de Enxara dos Cavaleiros (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMM-CMENX-C

Câmara Municipal da Ericeira (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMM-CMERI

Câmara Municipal do Gradil (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMM-GRD

Câmara Municipal de Mafra (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMM-CMMFR

Juiz de Fora de Mafra (SSC) - PT/AMM/CFLLT/AMM-JFMFR

Arquivo Municipal de Sobral de Monte Agraço (SC) - PT/AMM/CFLLTV/AMSMA

Arquivo da Casa Sobral (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMSMA-ACS

Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMSMA-CMSMA

Arquivo Municipal de Torres Vedras (SC) - PT/AMM/CFLLTV/AMTV

Câmara Municipal de Torres Vedras (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMTV-CMTV

Paróquia de São Pedro (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMTV-PSP

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira (SC) - PT/AMM/CFLLTV/AMVFX

Câmara Municipal de Alhandra (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMVFX-CMALH

Câmara Municipal de Alverca (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMVFX-ALV

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/AMVFX-CMVFX

[Arquivo Nacional] Torre do Tombo (SC) - PT/AMM/CFLLTV/TT

Aclamações e Cortes (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-ACRT

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ

António Saldanha da Gama (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-ASG

Conselho da Fazenda (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-CFZ

Conselho de Guerra (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-CGR

Condes de Linhares (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-CLNH

Casa Real (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-CR

Intendência Geral da Polícia (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-IGP

Junta do Comércio (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-JC

Ministério dos Negócios Estrangeiros (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-MNE

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-MNEJ

Ministério do Reino (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-MR

Manuscritos da Livraria (SSC) - PT/AMM/CFLLTV/TT-MSLIV

No que concerne à descrição, a informação que consta nos níveis SECÇÃO e SUBSECÇÃO foi obtida, essencialmente, nos Instrumentos de Descrição Documental disponíveis em cada Arquivo e nas respectivas páginas electrónicas, evidenciando-se os seguintes campos de descrição, respeitantes a diferentes zonas da ISAD(G):

- Nível de descrição
- Código de referência
- Tipo de título
- Título
- Datas de produção
- Dimensão e suporte
- Produtor
- História administrativa/biográfica/familiar
- Âmbito e conteúdo
- Sistema de organização
- Condições de acesso
- Condições de reprodução
- Idioma e escrita
- Instrumentos de pesquisa
- Unidades de descrição relacionadas
- Notas de publicação
- Regras e convenções

Os registos mais completos a estes dois níveis de descrição são os respeitantes ao Arquivo Nacional Torre do Tombo e aos Arquivos Municipais de Mafra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. Os dois últimos arquivos municipais possuem guias e o primeiro arquivo municipal inventários.

Relativamente aos níveis DOCUMENTO COMPOSTO e DOCUMENTO foram preenchidos, sempre que possível, os seguintes campos de descrição, concorrentes a diferentes zonas da ISAD(G):

- Nível de descrição
- Código de referência
- Tipo de título
- Título
- Datas de produção
- Dimensão e suporte
- Produtor
- Âmbito e conteúdo
- Cota actual
- Idioma e escrita
- Unidade de instalação
- Notas
- Regras e convenções

Segundo o prescrito na ISAD(G) para os processos foi seleccionado o nível de descrição DOCUMENTO COMPOSTO, enquanto que para a peça ou documento solto escolheu-se o nível DOCUMENTO. Ressalva-se que é recorrente um ofício, isto é, um DOCUMENTO, ser acompanhado de diversos anexos (no caso do envio de diplomas oficiais ou de comprovativos de um dado ou ação), sem que por essa razão constitua um processo.

No que respeita ao campo de descrição COTA ACTUAL é de sublinhar que a mesma corresponde à cotação atribuída pelos respectivos Arquivos, devendo ser utilizada na consulta presencial e nos pedidos de reprodução.

O campo ÂMBITO E CONTEÚDO constitui, neste projeto, o elemento de descrição mais importante. Além do sumário do âmbito (cronológico e geográfico) e de um resumo do conteúdo (tipologia documental e assuntos), com o objectivo de optimizar a capacidade de recuperação de informação nas pesquisas *online*, realizadas em base de dados, e garantir a máxima obtenção de informação sobre o tema do projeto por parte dos seus utilizadores, foi efectuada, a grande parte dos 928 registos (incluindo quase todos os livros), uma leitura integral e minuciosa da documentação, sendo

especificamente identificadas as matérias, com indicação das respectivas páginas. No caso de documentos de relevância basilar pode constar a sua transcrição.

4.2. Direitos patrimoniais dos objectos digitais

No que concerne aos direitos patrimoniais das 42.000 imagens disponibilizadas *online* no catálogo do Arquivo Municipal de Mafra, cabe a cada Arquivo, enquanto legítimo proprietário das imagens respeitantes à documentação de que é detentor, o direito de autorizar a sua reprodução e venda para os fins que as mesmas forem requeridas. Con quanto, ressalta-se que a utilização das imagens em trabalhos de investigação ou outros similares obriga, impreterivelmente, à sua citação e/ou referenciamento bibliográfica.

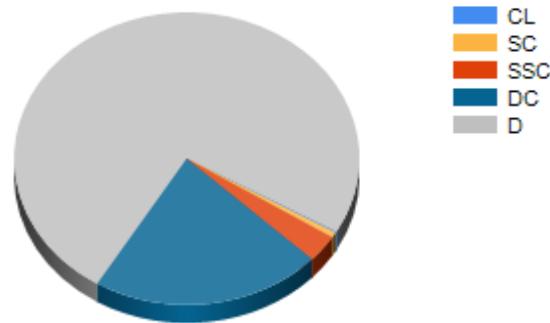
5. BALANÇO GERAL DA DOCUMENTAÇÃO REGISTADA E DIGITALIZADA E QUADRO RESUMO DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS/ASSUNTOS REFERENCIADOS

Conforme apresentado no Quadro 1, a “Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras” é composta por 928 registos, produto da soma dos DOCUMENTOS COMPOSTOS e DOCUMENTOS.

Quadro 1 – Total de registos por nível de descrição

PT/AMM/CFLLTV - Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras

Nível de descrição	Nº de registos	% de registos
CL	1	0,10
SC	6	0,62
SSC	29	3,01
DC	209	21,60
D	719	74,66
Total:	964	



Segundo o demonstrado pelo Quadro 2, os 928 registos correspondem a 928 representações/pastas as quais contêm 42.000 ficheiros/imagens.

Quadro 2 – Total de representações/pastas e ficheiros/imagens por projeto/perfil

PT/AMM/CFLLTV - Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras

Projeto/perfil	Nº Representações/pastas	Nº Ficheiros/imagens
Torre do Tombo 1	927	41882
Torre do Tombo 2	1	118
Total	928	42000

Por último, o Quadro 3 mostra o número de registos, representações/pastas e ficheiros/imagens por fundo arquivístico (que no projeto corresponde à SUBSECÇÃO), bem como o total de imagens por arquivo (correspondente à SECÇÃO).

Quadro 3 – Número de registos, representações/pastas e ficheiros/imagens por fundo arquivístico e arquivo

PT/AMM/CFLLTV - Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras

ARQUIVOS	FUNDOS	N.º DE REGISTOS	N.º DE PASTAS	N.º DE IMAGENS	TOTAL DE IMAGENS POR ARQUIVO
Arquivo Municipal de Arruda dos Vinhos	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	5	5	1293	1293
Arquivo Municipal de Mafra	Câmara Municipal de Carvoeira	1	1	65	3383
	Câmara Municipal de Enxara dos Cavaleiros	2	2	302	
	Câmara Municipal de Ericeira	4	4	1074	
	Câmara Municipal de Gradil	3	3	357	
	Câmara Municipal de Mafra	2	2	1398	
	Juiz de Fora de Mafra	20	20	187	
Arquivo Municipal de	Arquivo da Casa Sobral	30	30	280	399
	Câmara Municipal de Sobral de Monte	1	1	119	

Sobral de Monte Agraço	Agraço				
Arquivo Municipal de Torres Vedras	Câmara Municipal de Torres Vedras	11	11	1788	1797
	Paróquia de São Pedro	1	1	9	
Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira	Câmara Municipal de Alhandra	5	5	547	4835
	Câmara Municipal de Alverca	6	6	820	
	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	41	41	3468	
Arquivo Nacional Torre do Tombo	Aclamações e Cortes	1	1	6	30293
	Arquivo Nacional de Rio de Janeiro	75	75	777	
	António Saldanha da Gama	1	1	8	
	Conselho da Fazenda	5	5	85	
	Conselho de Guerra	88	88	1671	
	Chancelaria Régia	4	4	10	
	Condes de Linhares	24	24	984	
	Casa Real	103	103	272	
	Intendência Geral da Polícia	248	248	16291	
	Junta do Comércio	40	40	399	
	Ministério dos Negócios Estrangeiros	96	96	2864	
	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Justiça	4	4	74	
	Ministério do Reino	58	58	4264	
	Manuscritos da Livraria	1	1	37	
	Provedoria de Torres Vedras	48	48	2545	

No que concerne ao quadro resumo das principais matérias/assuntos referenciados importa salientar que os fundos arquivísticos pertencentes aos Arquivos Municipais de Mafra, Vila Franca de Xira e Torres Vedras são os que fornecem maior número de informações, ao passo que os fundos mais importantes do Arquivo Nacional Torre do Tombo formam o hexaedro Intendência Geral da Polícia, Ministério do Reino, Junta do Comércio, Conselho de Guerra, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Provedoria de Torres Vedras.

QUADRO RESUMO
DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS/ASSUNTOS REFERENCIADOS

Contribuição Extraordinária de Guerra

Confisco das pratas das Igrejas

Inventário e sequestro dos Palácios Reais e das residências da nobreza portuguesa que acompanhou a Família Real para o Brasil

Prisão de ingleses e sequestros dos seus bens

Aquartelamento e abastecimento do Exército Francês

Roubos e violências cometidas por franceses

Fornecimento de lenha da Tapada de Mafra ao Exército Francês

Carência extrema de géneros alimentares nas terras ocupadas pelo Exército Francês

Destrução da agricultura do Reino

Escassez de carne bovina durante a ocupação francesa

Requerimentos e indemnizações às pessoas que sofreram danos perpetrados pelas Tropas Francesas

Reorganização do Exército Português

Contribuição Extraordinária de Defesa

Reparação das calçadas, pontes e estradas reais e militares do Reino

Aquartelamento do Exército Britânico

Transportes para a marcha e condução de víveres da Tropa Inglesa (carros e cavalgaduras)

Recrutamento de cavalos e bestas muares para serviço do Exército Português e Britânico

Recrutamento para o Exército Português

Deserções do Exército

Alistamento e marcação dos transportes marítimos

Criação de depósitos de víveres para abastecimento do Exército Britânico e Exército Português

Recrutamento de trabalhadores, carros e ferramentas para a construção dos fortões das Linhas de Torres Vedras

Fornecimento de madeira, mato e árvores da Tapada de Mafra para a 1.^a e 2.^a Linhas de Defesa

Política da “terra queimada” – destruição das colheitas, inutilização dos moinhos, terrenos de pastoreio, casas e propriedades

Migração das populações desde a região do Mondego até às Linhas de Torres Vedras para a cidade de Lisboa e concelhos limítrofes

Dificuldades de abastecimento da população refugiada na capital do Reino

Últimos movimentos e evacuação do Exército de Massena

Fuga e abandono dos cargos por parte dos juízes de fora

Instituição e provimento de Hospitais Militares

Carência de médicos fora da cidade de Lisboa

Progresso das moléstias nas terras invadidas

Limpeza das ruas e enterro de cadáveres nas terras invadidas

Escassez de água bebível para abastecimento das populações das terras invadidas e dos Hospitais Militares

Distribuição dos Donativos e Subsídios Britânicos pelas terras invadidas (dinheiro, gado, bacalhau, sementes e vasilhas)

Consignação de 120 mil cruzados anuais dos rendimentos das alfândegas da Baía, Pernambuco e Maranhão durante 40 anos para socorro dos habitantes das terras invadidas

Donativos voluntários de particulares

Fornecimento de madeira dos Pinhais de Leiria para reparação das casas de habitação destruídas pelos franceses

Repovoamento das terras evadidas

Incentivo ao cultivo das terras do Reino

Escassez de bois para a lavoura

Proibição de matar vacas de criação e vitelas

Controlo alfandegário e interno de estrangeiros no Reino

Controlo das entradas e saídas de pessoas da cidade de Lisboa

Quadrilhas de salteadores nas estradas do Reino

Iluminação pública (Lisboa e concelhos limítrofes)

Relação dos prédios demolidos e convertidos em obras de fortificação pelo Exército Britânico / Exército

Combinado e pagamento de indemnizações aos proprietários

Recenseamento dos moradores pobres das terras invadidas

Arrolamento e prestação de ajuda aos órfãos de guerra

Devassas aos habitantes que permaneceram nas terras invadidas e roubaram seus vizinhos

Consultas do Conselho de Guerra sobre nomeação e reforma de postos das Ordenanças e Milícias

Funeral do marquês de La Romana

Congresso de Viena – Indemnizações de guerra cobradas à França

6. RESULTADOS

6.1. Antecedentes

A Câmara Municipal de Mafra, enquanto membro e no âmbito dos projetos e atividades desenvolvidas pela Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT, 2006-2012), publicou e foi responsável pela elaboração de um conjunto de trabalhos e iniciativas que ajudaram na preparação deste projeto, nomeadamente, os abaixo referenciados:

- LOPES, Irina Alexandra – “A Guerra Peninsular no concelho de Mafra: Catálogo de fontes do Arquivo Histórico Municipal de Mafra”. *Boletim Cultural* 2007. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2008. p. 621-643;
- Levantamento documental de 10 fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponibilizados no Seminário Internacional “A importância das Linhas de Torres na Europa” realizado na Arruda dos Vinhos (novembro de 2008);
- LOPES, Irina Alexandra – “Alimentação na Guerra Peninsular: A Vila de Mafra no final do século XVIII a 1814”. *Mafra Notícias: Boletim Municipal*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, Jul. 2010. p. 12. (“Estórias d’outros tempos”);
- IDEM – Mafra na Guerra Peninsular. In SOUSA, Ana Catarina, coord. - *Mafra na Guerra Peninsular. A Rota Histórica das Linhas de Torres*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra/PILT, 2010. p. 4-21;
- LOPES, Irina Alexandra e SOUSA, Ana Catarina – A construção das Linhas em Mafra e as forças militares em presença. In SOUSA, Ana Catarina, coord. - *Mafra na Guerra Peninsular. A Rota Histórica das Linhas de Torres*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra/PILT, 2010. p. 22-25;
- Acção de Formação “O Património Histórico das Linhas de Torres e a Guerra Peninsular”, promovida pela Câmara Municipal de Mafra (11, 13, 17, 20, 22 e 27 Jan. 2011), realizada na Casa de Cultura Dom Pedro V – Mafra (19h-21h). Dirigida aos professores do 2.º e 3.º Ciclos do Concelho de Mafra, as aulas foram ministradas por técnicos superiores da Autarquia e investigadores externos de História Militar.

6.2. Resultados atingidos e perspectivados

O resultado central do projeto (expresso na sua candidatura), materializado no dia 27 de dezembro de 2012, foi a disponibilização *online* das 42.000 imagens, correspondentes a 928 documentos registados e descritos na base de dados DigitArq que constituem a “Colecção de Fontes Locais das Linhas de Torres Vedras”, através do catálogo do Arquivo Municipal de Mafra (<http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=173037>) e a sua divulgação, por *link*, na página electrónica da actual

Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (<http://dgarq.gov.pt/>), no sítio oficial internet da “Rota Histórica das Linhas de Torres” (www.rhlt.com.pt), e nas páginas electrónicas dos Centros de Interpretação das Linhas de Torres e/ou dos Arquivos ou Câmaras Municipais Parceiras.

Paralelamente já se encontra perspectivada para 2014 (possivelmente no mês de Abril, 200 anos após a Batalha de Toulouse que pôs término à Guerra Peninsular) uma exposição colectiva a realizar nas instalações da actual Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, com as fontes locais mais representativas dos impactos da Guerra Peninsular nos concelhos onde foram construídas as Linhas de Torres Vedras (1.^a e 2.^a Linhas de Defesa) - Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira - provenientes dos cinco Arquivos Municipais e do Arquivo Nacional Torre do Tombo (entidades parceiras do projeto).

Caso seja financeiramente viável, procurar-se-á publicar o catálogo da exposição, que além do roteiro de fontes incluirá um ou mais textos que abordarão o tema à luz da documentação disponibilizada *online*.

No Plano de Actividades de 2013 do Arquivo Municipal de Mafra foi proposto para o mês de junho, no âmbito da comemoração do primeiro aniversário do Centro de Interpretação das Linhas de Torres, a realização de um colóquio sobre os impactos da 1.^a e 3.^a Invasões Francesas no concelho de Mafra, que passará pela divulgação dos resultados do projeto.

Ainda no decurso do ano de 2013, caso haja aprovação da candidatura do Arquivo Municipal de Mafra à Rede Portuguesa de Arquivos e, por inerência, à Europeana, os resultados do projeto serão divulgados não apenas no País, como internacionalmente, fazendo jus ao interesse geral que o património relativo à Guerra Peninsular granjeia pelo mundo, sobretudo na Europa, Estados Unidos da América e Brasil.

Utilizando algumas das fontes arquivísticas referenciadas no projeto foi apresentado em Novembro de 2011, no XX Colóquio de História Militar, promovido pela Comissão Portuguesa de História Militar, o artigo “Mafra: as Linhas de Torres Vedras e a Invasão de Massena. Impactos locais (1810-1812)”, subscrito por Irina Alexandra Lopes (e publicado nas respectivas Actas).

7. NOTAS FINAIS

1. Um projeto desta natureza nunca se encontra definitivamente concluído, sendo pretensão descabida e ignorante julgar o contrário. Em primeiro lugar porque referenciar todas as fontes concernentes à Guerra Peninsular no Arquivo Nacional Torre do Tombo é tarefa para muitas vidas, quer pelo volume de documentação depositada, quer pelo facto de parte significativa da mesma não ter sido ainda objecto de tratamento arquivístico. Em segundo lugar, mesmo nos Arquivos Municipais, com excepção para o Arquivo Municipal de Sobral de Monte Agraço, é possível que não tenham sido identificados alguns documentos, uma vez que em todos eles existe documentação por classificar e registar. Além disso, qualquer um dos Arquivos pode vir a adquirir ou a receber por doação documentação relativa ao tema que, naturalmente, não está incluída no projeto.
2. O aperfeiçoamento do produto final de um projeto não termina aquando da sua conclusão, sobretudo nos casos em que os resultados são disponibilizados *online*. Aproveitando esta divulgação sem fronteiras, solicita-se a todos os utilizadores que enviem os seus contributos, os quais serão, certamente, úteis e pertinentes na identificação de possíveis erros e lacunas subsistentes, quer no que respeita ao registo e descrição da documentação, quer aos objectos digitais, permitindo, desta forma, suprimir qualquer falha ou incorrecção ainda existente. Neste contexto, ressalva-se, uma vez mais, que o facto das páginas em branco não terem sido, em regra, digitalizadas pode ocasionar algumas dúvidas quanto à integridade física do processo (DC) ou documento (D). Futuramente o que poderá vir a ser feito para os processos (DC) e documentos (D), tal como já acontece nos livros, é a indicação no campo de descrição NOTAS das páginas em branco, que, por essa razão, foram excluídas da digitalização.
3. É importante esclarecer que a Câmara Municipal de Loures / Arquivo Municipal de Loures não integrou o projeto porque não possui documentação anterior a 1886, ano da sua constituição como concelho (especificamente, 26 de julho de 1886).

4. Contactos da equipa residente do projeto: centro.estudos@cm-mafra.pt; arquivo.municipal@cm-mafra.pt; 261818264; 939689729; Arquivo Municipal de Mafra, Centro Municipal de Protecção Civil de Mafra, Rua Américo Veríssimo Valadas, n.º 16, 2640-405 Mafra.